

FINANÇAS PÚBLICAS 2022/2023

(2.º Semestre – 2.º Ano Turma Noite)

Regente: Professor Doutor Guilherme Waldemar d'Oliveira Martins

INTRODUÇÃO

1. Noções gerais de Finanças Públicas – instrumentos e formas de atuação
2. Notas sobre a história do ensino das Finanças Públicas
3. As Finanças Públicas ao serviço da comunidade
4. As Finanças Públicas e a economia: uma introdução genérica
5. Os bens públicos no centro das Finanças Públicas
6. Bens públicos nacionais e bens públicos globais
7. A pandemia de COVID-19. Influência sobre o debate sobre a economia pública
8. A cooperação internacional e a COVID-19
9. A disciplina jurídica das Finanças Públicas
10. A contribuição de outras disciplinas para as Finanças Públicas
11. Os novos temas das finanças públicas
 - 11.1. A decisão orçamental: as opções reais e a importância dos saldos correntes
 - 11.2. As recentes evoluções da estabilidade Orçamental no ordenamento português – uma revolução silenciosa?
 - 11.3. O novo princípio da visão de longo prazo e a boa gestão financeira dos compromissos orçamentais
 - 11.4. Novos desafios do século XXI nas políticas públicas: a nova despesa pública e os 5 E's

PARTE I ORÇAMENTO, CONTROLO FINANCEIRO E TRIBUNAL DE CONTAS

CAPÍTULO I – O ORÇAMENTO

1. Aspetos gerais
2. Conceito de Orçamento

3. A natureza jurídica do Orçamento
4. A natureza política e económica do Orçamento
5. O equilíbrio de poderes
6. Os intervenientes no processo orçamental
7. Regras e princípios fundamentais do Orçamento
 - 7.1. Plenitude orçamental: unidade e universalidade
 - 7.2. Anualidade (e plurianualidade)
 - 7.3. Equilíbrio orçamental
 - 7.4. Discriminação orçamental: não-compensação, não-consignação e especificação
8. Novos princípios orçamentais
 - 8.1. Economia, eficiência e eficácia
 - 8.2. Sustentabilidade
 - 8.3. Solidariedade recíproca
 - 8.4. Equidade intergeracional
 - 8.5. Transparência orçamental
 - 8.6. Estabilidade orçamental
9. Dinâmica Orçamental – da apresentação à aprovação do Orçamento
 - 9.1. Natureza, características e funções do Orçamento do Estado (OE)
 - 9.2. O enquadramento legal do OE
 - a) As relações entre a Lei de Enquadramento Orçamental e o OE
 - b) Os planos de incidência da LEO
 - c) As vicissitudes históricas da LEO
 - 9.3. As alterações mais recentes na LEO: o Memorando da ‘Troika’ e as principais tendências e influências no desenho do sistema orçamental português
10. O conteúdo principal da LEO
 - §1. Estrutura, conteúdo e resultados orçamentais
 - a) O conteúdo do OE e os cavaleiros orçamentais
 - b) Regras orçamentais clássicas
 - c) Diferenças entre regras clássicas e novas regras orçamentais
 - §2. O processo orçamental
 - a) A construção matricial do conceito de processo orçamental

- b) O processo orçamental inicial
 - 1) A cronologia do processo orçamental em Portugal
 - 2) Programas de Estabilidade e Documentos de Estratégia Orçamental: sua interligação com o processo orçamental
 - 3) O papel das vinculações externas do OE: crítica do regime instituído e proposta de alteração
 - 4) A previsão de receitas e despesas 5) O processo político de aprovação do OE
- c) O processo orçamental subsequente: o regime das alterações orçamentais
- d) A prorrogação de vigência do OE

CAPÍTULO II – O CONTROLO DOS DINHEIROS PÚBLICOS E A SUA EVOLUÇÃO

- 1. Generalidades
- 2. Controlo interno e controlo externo
- 3. Controlo político
- 4. As novas formas de controlo e a auditorias em especial

CAPÍTULO III – O TRIBUNAL DE CONTAS

- 1. Generalidades
- 2. A Constituição de 1976 e o Tribunal de Contas
- 3. A evolução posterior do Tribunal de Contas – importância do controlo a posteriori
- 4. O que resta do visto do Tribunal de Contas?
- 5. A Lei n.º 48/2006. Um Tribunal para o século XXI?
- 6. O Tribunal de Contas na atualidade e perspectivas de evolução
 - 6.1. O âmbito da jurisdição do Tribunal de Contas
 - 6.2. Fundamentos do papel do Tribunal de Contas
 - §1. A delimitação operada pelo n.º 1 do artigo 1.º da LOPTC
 - §2. Em especial a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º da LOPTC
 - §3. Conteúdo e objetivo do n.º 3 do artigo 2.º da LOPTC
 - 6.3. As competências das secções do Tribunal de Contas
 - §1. A 1.ª Secção ou a secção do visto

- §2. A 2.ª Secção ou a secção de auditoria
- §3. A 3ª Secção ou a secção de julgamento
- 7. O Tribunal de Contas e a Assembleia da República: o Parecer sobre a Conta Geral do Estado e outras formas de colaboração
- 8. As várias formas de controlo do Tribunal de Contas, nomeadamente a responsabilidade financeira
- 9. A colaboração do Tribunal de Contas com entidades públicas e privadas
- 10. Modalidades de controlo ou fiscalização orçamental
- 11. O Conselho das Finanças Públicas

PARTE II

DO FINANCIAMENTO DO ESTADO CAPÍTULO I – FISCALIDADE

- 1. «Com os impostos pagamos civilização»
- 2. O imposto: um instrumento de liberdade
- 3. A longa história dos impostos
- 4. Breves notas sobre a evolução histórica dos impostos em Portugal
- 5. Rendimento, património ou consumo?
 - 5.1. Tributação do rendimento
 - 5.2. Tributação do património
 - 5.3. Tributação do consumo
- 6. Classificação dos impostos
- 7. Sistema fiscal português (uma breve perspetiva histórica)
 - 7.1. O sistema fiscal e o 25 de Abril
- 8. Breve apresentação do sistema fiscal português
- 9. Receitas tributárias
 - 9.1. Impostos, Receitas tributárias por excelência
 - 9.2. Taxas
 - 9.3. Contribuições especiais
 - 9.4. Impostos e taxas
- 10. O Sistema Fiscal Ideal?

11. Rendimento fiscal
13. Benefícios fiscais
14. Justiça fiscal
15. Legalidade fiscal
16. Capacidade contributiva
17. Eficiência
18. Novos Problemas, Novas Soluções
19. A evasão fiscal
 - 19.1. As térmitas fiscais
20. União Europeia e regras fiscais
21. Combate à evasão fiscal
22. A «Tobin Tax»
23. A evolução da tributação da economia digital
23. A evolução recente da fiscalidade internacional
24. Arbitragem tributária

CAPÍTULO II – DÍVIDA PÚBLICA, RIQUEZA PRIVADA

1. Introdução
2. Conceito e modelos de dívida pública
3. Entre a dívida e o diabo
4. Como escapar ao Inferno e receber juros
5. As conceções otimistas sobre o recurso à dívida pública
6. A teoria clássica sobre a dívida pública
7. A revisão do pensamento financeiro clássico
8. A reabilitação da teoria clássica
9. A dívida pública portuguesa
 - 11.1. Perspetiva histórica
 - 11.2. A crise da dívida no final da Monarquia
 - 11.3. A dívida e a Primeira República
 - 11.4. Em busca do aval da Sociedade das Nações
 - 11.5. Política e Finanças Públicas: o Estado Novo

- 11.6. A Revolução de Abril: as grandes esperanças
- 11.7. O regresso à dívida externa
- 11.8. Os mercados financeiros e a dívida pública portuguesa
- 12. Gestão da Dívida Pública
 - 12.1. Da Junta do Crédito Público ao Instituto de Gestão do Crédito Público
 - 12.2. Do Instituto de Gestão do Crédito Público à Agência da Tesouraria e da Dívida Pública – o reforço da tecnocracia
- 13. O novo regime geral de emissão e gestão da dívida pública
- 14. Modalidades de dívida
- 15. A dívida financeira do Estado
- 16. Os mercados secundários de dívida pública
- 17. As agências de rating
- 18. A sustentabilidade da dívida

CAPÍTULO III – DESPESAS PÚBLICAS

- 1. Uma nótula sobre as despesas públicas

PARTE III FEDERALISMO FINANCEIRO CAPÍTULO I – A TEORIA E A PRÁTICA DO FEDERALISMO FINANCEIRO

- 1. Definição do espaço ideal da decisão financeira
- 2. Centralismo vs. descentralização
- 3. Modelos de federalismo financeiro
- 4. Evolução recente do federalismo financeiro
- 5. O federalismo financeiro em Portugal

CAPÍTULO II – FINANÇAS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

- 1. A autonomia regional: evolução histórica e enquadramento geral
- 2. Autonomia financeira
 - 2.1. Uma autonomia com limites
 - 2.2. As receitas regionais
 - 2.3. Dívida pública das Regiões Autónomas

- 2.4. Receitas derivadas
- 3. Os acordos extraordinários
- 4. Património das Regiões Autónomas

CAPÍTULO III – FINANÇAS LOCAIS

- 1. Aspetos gerais
- 2. Em busca das regiões adiadas
- 3. Organizações de moradores: o que resta da Revolução?
- 4. Os municípios e a longa luta pela sua afirmação
- 5. O Orçamento Municipal – princípios e regras orçamentais
- 6. Os empréstimos municipais
- 7. O sector empresarial local
- 8. A transferência e delegação de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais
- 9. Juntas de Freguesia: os parentes pobres

CAPÍTULO IV – FINANÇAS EUROPEIAS

- 1. Das Comunidades à União Europeia
 - 1.1. Criação de uma entidade supranacional europeia
 - 1.2. Breve relance sobre as Comunidades Europeias
 - 1.3. O financiamento das Comunidades e da União Europeia
 - 1.4. Rumo à reforma dos recursos próprios da União Europeia
 - 1.5. As despesas da União Europeia
- 2. O orçamento europeu
 - 2.1. O processo orçamental
- 3. O Tribunal de Contas da União Europeia
- 4. A União Económica e Monetária e as finanças nacionais
 - 4.1. A Europa à procura de uma nova roupagem
 - 4.2. A União Monetária
 - 4.3. A União Económica
- 5. A União Económica e Monetária e a pandemia de COVID-19

6. O Mecanismo Europeu de Resiliência e os Planos de Recuperação e Resiliência

BIBLIOGRAFIA

1. Básica

FERREIRA, Eduardo Paz, Ensaio de Finanças Públicas, Almedina, Coimbra, 2020

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais, AAFDL, Lisboa, 2016 (reimp.).

FERREIRA, Eduardo Paz, Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito, Almedina, Coimbra, 2005.

FERREIRA, Eduardo Paz, Como Salvar um Mundo Doente, Almedina, Coimbra, 2021.

CATARINO, João Ricardo, Finanças públicas e direito financeiro, 5ª edição, Almedina, Coimbra, 2019.

FRANCO, António de Sousa, Finanças Públicas e Direito Financeiro, 4ª edição, Almedina, Lisboa, 2015 (reimp.).

MARTINS, Maria d'Oliveira, Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2012.

PEREIRA, Paulo Trigo e NUNES, Francisco, Economia e Finanças Públicas: da teoria à prática, 5ª ed., Almedina, 2016.

2. Complementar

MORENO, Carlos, Finanças Públicas. Gestão e controlo dos dinheiros públicos, Ed. UAL, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Paulo Trigo, AFONSO, António, ARCANJO, Manuela, SANTOS, José Carlos Gomes, Economia e Finanças Públicas, Escolar Editora, Lisboa, 2005.

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, Lições de Finanças Públicas, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

ROCHA, Joaquim Freitas da, Direito da Despesa Pública, Almedina, Coimbra, 2019.

TAVARES, José F. F., Estudos de administração e finanças públicas, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2014. TEIXEIRA, António Braz, Finanças Públicas e Direito Financeiro, AAFDL, Lisboa, 1992.

Nota: A bibliografia sobre capítulos específicos do Programa será indicada ao longo do semestre.

